



# PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPUÃ

Estado de São Paulo

CNPJ. 45.128.816/0001-33

## PROJETO DE LEI N.º. 016, DE 16 DE MARÇO DE 2022.



**"AUTORIZA O MUNICÍPIO A FIRMAR CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO COM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO JUÍZO DA 179ª. ZONA ELEITORAL - CATANDUVA".**

### A CÂMARA MUNICIPAL DE TABAPUÃ-SP, APROVA A SEGUINTE LEI:

**Art. 1º** - Fica autorizado o Poder Executivo a firmar Convênio de Cooperação com a União, por intermédio do Juízo da 179ª. Zona Eleitoral - Catanduva, para o fim de instalação do Cartório Eleitoral no Município de Catanduva, compreendendo a disponibilização/locação e a manutenção do imóvel, incluindo o pagamento de impostos e taxas decorrentes, a prestação de serviços de limpeza do imóvel e a requisição de servidores, pelo Município em favor da Justiça Eleitoral, tudo conforme a minuta do Convênio e o Plano de Trabalho que o integra.

**Art. 2º** - As despesas para a execução da presente lei serão suportadas por dotação própria.

**Art. 3º** - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tabapuã/SP, 16 de março de 2022.

  
**SILVIO CÉSAR SARTORELLO**

Prefeito



# PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPUÃ

Estado de São Paulo

CNPJ. 45.128.816/0001-33

## MENSAGEM DO EXECUTIVO

Senhor Presidente:

Nobres Vereadores;

Saudamos cordialmente Vossa Excelência e demais pares desse Legislativo, na oportunidade em que encaminhamos o projeto de lei nº 016/2022, desta data, objetivando a autorização para a formalização de Convênio de Cooperação com a União, por intermédio do Juízo da 179ª. Zona Eleitoral - Catanduva, para o fim de instalação do Cartório Eleitoral no Município de Catanduva.

Por meio do Convênio a ser firmado, o Município de Tabapuã disponibiliza imóvel para o funcionamento do aludido serviço, assim como se responsabilizará pelo pagamento de impostos e taxas decorrentes, a prestação de serviços de limpeza do imóvel e a requisição de servidores.

As obrigações das partes encontram-se devidamente detalhada na minuta anexa, assim como no Plano de Trabalho que a integra.

Dessa forma, encaminhamos para votação o incluso projeto de lei, em regime de urgência, esperando sua devida aprovação por essa Casa de Leis.

  
SILVIO CÉSAR SARTORELLO

Prefeito

Ao Exmo. Sr.  
**FABRÍCIO MONTES DE MATTOS**  
DD. Presidente da Câmara Municipal  
Tabapuã-SP





# PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPUÃ

Estado de São Paulo

CNPJ. 45.128.816/0001-33

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ..... E A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO JUÍZO DA 179ª ZONA ELEITORAL - CATANDUVA

O MUNICÍPIO de ....., inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o n. ...., neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor ....., devidamente autorizado pela Lei Municipal n....., de ....., doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO, e a UNIÃO, neste ato representada pela Juíza de Direito Titular da 179ª Zona Eleitoral, Senhora PATRÍCIA DA CONCEIÇÃO SANTOS, localizada na Rua Teresina, 333, Centro, Catanduva, doravante denominada simplesmente JUSTIÇA ELEITORAL, resolvem celebrar o presente convênio de cooperação, nos termos das cláusulas seguintes:

## **Cláusula Primeira - DO OBJETO.**

1.1. O presente Convênio de Cooperação tem por objeto a instalação do **Cartório Eleitoral** no Município de Catanduva, compreendendo a disponibilização/locação e a manutenção do imóvel, incluindo o pagamento de impostos e taxas decorrentes, a prestação de serviços de limpeza do imóvel e a requisição de servidores, pelo MUNICÍPIO em favor da JUSTIÇA ELEITORAL, observado o Plano de Trabalho anexo e a disponibilidade municipal.

## **Cláusula Segunda - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO.**

2.1. São obrigações do MUNICÍPIO:

2.1.1. Disponibilizar ou locar imóvel para instalação do Cartório Eleitoral, com condições de acessibilidade, responsabilizando-se pelas obras e reparos que se fizerem necessários para o seu pleno funcionamento;

2.1.1.1. Responsabilizar-se pela regularidade da edificação, inclusive quando imóvel de terceiro, por meio da obtenção do Habite-se, do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB)/Certificado de Licença do Corpo de Bombeiros (CLCB), cuja renovação deve ser providenciada sempre antes de expirar a validade, bem como qualquer outro documento que se fizer necessário.

2.1.2. Efetuar o pagamento de impostos, taxas, aluguéis e demais despesas decorrentes da instalação e permanência do Cartório Eleitoral no imóvel disponibilizado ou locado;

2.1.3. Prestar serviços de limpeza do imóvel disponibilizado ou locado, em periodicidade a ser definida segundo a estrita necessidade do Cartório;

2.1.4. Atender às requisições de servidores municipais feitas pela JUSTIÇA ELEITORAL, de acordo com os ditames da Lei n. 6.999, de 7 de junho de 1982, para a realização dos trabalhos afetos às atividades do Cartório Eleitoral;

SA



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPUÃ**

Estado de São Paulo

CNPJ. 45.128.816/0001-33

**2.2.** Sempre que novos Cartórios Eleitorais forem criados, o MUNICÍPIO disponibilizará ou locará o(s) imóvel(is) que se fizer(em) necessário(s), sem qualquer ônus para a JUSTIÇA ELEITORAL, responsabilizando-se, do mesmo modo, pelas obras e reparos que se fizerem necessárias para o seu pleno funcionamento.

**2.3.** Em caso de interesse da JUSTIÇA ELEITORAL na recepção de estagiário(s) contratado(s) pelo MUNICÍPIO, deverá ser formalizado convênio específico, de acordo com a legislação pertinente, obedecidas as orientações do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo.

**2.4.** As despesas decorrentes do transporte diário para locomoção do servidor requisitado e/ou estagiário(s) do seu município até as dependências do Cartório Eleitoral ou Posto de atendimento, correrão exclusivamente às expensas do MUNICÍPIO;

## **Cláusula Terceira - DAS OBRIGAÇÕES DA JUSTIÇA ELEITORAL.**

### **3.1. São obrigações da JUSTIÇA ELEITORAL:**

**3.1.1.** Utilizar o imóvel disponibilizado ou locado para o funcionamento do Cartório Eleitoral a que se destina, mantendo-o em boas condições de uso, a fim de restituí-lo no estado em que o recebeu, salvo as deteriorações naturais do uso regular do imóvel;

**3.1.2.** Informar ao MUNICÍPIO, assim que possível, quaisquer ocorrências relativas ao imóvel disponibilizado ou locado, para as providências que forem cabíveis;

**3.1.3.** Efetuar o pagamento das contas de água e de energia elétrica, desde que haja medidor individualizado no imóvel disponibilizado ou locado, bem como de telefone em relação à(s) linha(s) habilitada(s) diretamente pela JUSTIÇA ELEITORAL para uso exclusivo do Cartório Eleitoral;

**3.1.4.** Fornecer, para o funcionamento do Cartório Eleitoral, móveis, materiais de expediente, de higiene, de limpeza e de copa/cozinha, equipamentos de informática e linha de comunicação de dados;

**3.1.5.** Prestar prontamente todos os esclarecimentos, bem como fornecer dados solicitados pelo MUNICÍPIO para o fiel cumprimento das condições pactuadas;

**3.1.6.** Formalizar todas as solicitações dirigidas ao MUNICÍPIO.

### **Cláusula quarta - DA LOCAÇÃO DO IMÓVEL:**





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPUÃ**

Estado de São Paulo

CNPJ. 45.128.816/0001-33

**4.1** O imóvel locado se localiza na Rua Teresina nº 333, Centro, Catanduva/SP, onde já funcionada a sede do cartório desde o ano de 2015.

**4.1.2.** A locação não acarretará qualquer ônus para a JUSTIÇA ELEITORAL, responsabilizando-se o MUNICÍPIO, pelas obras e reparos que se fizerem necessários para o seu pleno funcionamento.

**4.2.** É de responsabilidade do MUNICÍPIO a manutenção do imóvel locado, bem como o pagamento de impostos, taxas, conta de telefone (à exceção da(s) linha(s) habilitada(s) diretamente pela Justiça Eleitoral para uso exclusivo do Cartório), etc., e demais despesas decorrentes da instalação e permanência do Cartório, aí também compreendidos os aluguéis periódicos e outros encargos derivados do locatício.

**4.2.1.** As contas de água e de energia elétrica serão arcadas pelo Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo, desde que haja medidor individualizado no imóvel.

**4.3.** As despesas decorrentes da locação correrão exclusivamente às expensas do MUNICÍPIO.

**4.3.1.** Considerando que a jurisdição da zona eleitoral abrange os municípios de CATIGUÁ, IBIRÁ, NOVAIS E TABAPUÃ, deverá ser observado o rateio das despesas.

**4.3.1.1.** O rateio se dará nas seguintes proporções: os MUNICÍPIOS de IBIRÁ, TABAPUÃ, responderão, cada um, por 32,5% do valor total da locação e 32,5% do valor mensal do IPTU; o MUNICÍPIO de CATIGUÁ responderá por 20% do valor total da locação e 20% do valor mensal do IPTU e o MUNICÍPIO de NOVAIS responderá por 15% do valor total da locação e 15% do valor mensal do IPTU.

**4.3.1.2.** Os mesmos percentuais serão observados para divisão de outros custos advindos do contrato de locação.

**4.4.** Compete à JUSTIÇA ELEITORAL utilizar o imóvel para o funcionamento da Zona Eleitoral a que se destina, mantendo-o em boas condições de uso, a fim de restituí-lo no estado em que o recebeu, salvo as deteriorações naturais do uso regular do imóvel.

**4.4.1.** Compete, ainda, à JUSTIÇA ELEITORAL informar ao MUNICÍPIO, assim que possível, quaisquer ocorrências relativas ao imóvel, para as providências que forem cabíveis.

**4.4.2** Deverá a JUSTIÇA ELEITORAL prontamente prestar todos os esclarecimentos, bem como fornecer dados solicitados pelo MUNICÍPIO para o fiel cumprimento das condições pactuadas.

**4.4.3.** Cabe à JUSTIÇA ELEITORAL formalizar todas as solicitações dirigidas aos MUNICÍPIO para sua efetiva regularização.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPUÃ**

Estado de São Paulo

CNPJ. 45.128.816/0001-33

## **Cláusula Quinta - DOS RECURSOS FINANCEIROS.**

5.1. Este convênio não envolve transferência de recursos financeiros entre os partícipes, devendo as despesas inerentes às obrigações ora estabelecidas ser custeadas pelas respectivas partes, por conta das dotações orçamentárias próprias.

## **Cláusula Sexta - DO PRAZO DE VIGÊNCIA.**

6.1. O presente convênio terá vigência pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados de sua assinatura, após o qual poderá ser celebrado novo convênio, desde que não modificado o objeto.

## **Cláusula Sétima - DA DENÚNCIA.**

7.1. Este convênio poderá ser denunciado pelo descumprimento de qualquer das obrigações ou condições pactuadas, ou pela superveniência de norma legal ou ato administrativo que o torne formal ou materialmente inexecutável, ou ainda, por ato unilateral, mediante aviso prévio da parte que dele se desinteressar, com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias, respeitando-se, em quaisquer casos, o prazo necessário para o cumprimento de atividades inadiáveis.

## **Cláusula Oitava - DA PUBLICAÇÃO.**

8.1. O presente convênio será publicado pela JUSTIÇA ELEITORAL no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo e pelo MUNICÍPIO no .....

## **Cláusula Oitava - DO FORO.**

8.1. As questões oriundas deste convênio deverão ser resolvidas, preliminarmente, em comum acordo entre as partes. Em não sendo possível, fica eleito para dirimir tais questões o foro da Justiça Federal, da Seção Judiciária da cidade de Catanduva, neste Estado, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

## **Cláusula Nona - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.**

9.1. Os entendimentos para a consecução do presente convênio far-se-ão por intermédio do MM. Juiz Titular da respectiva Zona Eleitoral, podendo ser modificado por termo aditivo.

E, por estarem as partes de pleno acordo, aceitando todos os termos do convênio, na presença de 2 (duas) testemunhas, firmam o presente em 03 vias de igual teor e forma, devendo ser encaminhada 1 (uma) cópia do instrumento assinado à Secretaria de Administração de Material do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo.

1



# PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPUÃ

Estado de São Paulo

CNPJ. 45.128.816/0001-33

Catanduva, em ..... de março de 2022.

  
Prefeito Municipal

Município de .....

PATRÍCIA DA CONCEIÇÃO SANTOS

Juíza Eleitoral

179ª Zona Eleitoral - Catanduva/SP

Testemunhas:

Nome: Maria Cristina Jardim

R.G.: 32.044.075-8

Assinatura:

Nome:

R.G.:

Assinatura:





# PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPUÃ

Estado de São Paulo

CNPJ. 45.128.816/0001-33

ANEXO AO CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO CELEBRADO EM ..... DE MARÇO DE 2022  
(PLANO DE TRABALHO)

## 1. IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO

**Objeto:** Convênio de Cooperação com o propósito de instalação de Cartório Eleitoral no Município de Catanduva, compreendendo a disponibilização/locação e a manutenção do imóvel, incluindo o pagamento de impostos e taxas decorrentes, a prestação de serviços de limpeza do imóvel e a requisição de servidores, pelo Município em favor da Justiça Eleitoral.

**Partícipes:** Município de ..... e Juízo da 179ª Zona Eleitoral.

**Processo Administrativo n.** .....

**Período de execução:** prazo de vigência do convênio de cooperação.

## 2. JUSTIFICATIVA

Em razão da inexistência de disponibilidade orçamentária, bem como de reduzida estrutura administrativa, para a Justiça Eleitoral prover o custeio integral dos Cartórios Eleitorais do interior do Estado de São Paulo, são celebrados convênios de cooperação para formalizar a disponibilização e a manutenção, por parte dos Municípios, dos imóveis que sediam as Unidades Eleitorais, conforme obrigações contidas nos respectivos termos.

## 3. EXECUÇÃO DO OBJETO PELO MUNICÍPIO

Obrigação	Especificação	Início	Término
1) Disponibilização/locação de imóvel para o funcionamento do Cartório Eleitoral.	Imóvel com condições de acessibilidade.	A partir da data de celebração do convênio de cooperação.	Enquanto vigorar o convênio de cooperação.
2) Manutenção do imóvel disponibilizado ou locado.	Realização das obras e reparos que se fizerem necessários.	A partir da data de celebração do convênio de cooperação.	Enquanto vigorar o convênio de cooperação.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPUÃ

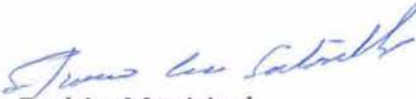
Estado de São Paulo

CNPJ. 45.128.816/0001-33

3) Pagamento de despesas e encargos decorrentes do imóvel.	Pagamento de impostos, taxas, aluguéis e demais despesas decorrentes da instalação e permanência do Cartório Eleitoral no imóvel disponibilizado ou locado.	A partir da data de celebração do convênio de cooperação.	Enquanto vigorar o convênio de cooperação.
4) Prestação de serviços de limpeza	Disponibilizar semanalmente equipe para realização de limpeza do imóvel	A partir da data de celebração do convênio de cooperação.	Enquanto vigorar o convênio de cooperação.
5) Requisição de servidores	Observados os termos da Lei n. 6.999/1982.	A partir da data de celebração do convênio de cooperação.	Enquanto vigorar o convênio de cooperação.

Os Exmos. Srs. ...., Prefeito do Município de ..... e Juíza de Direito Titular da 179ª Zona Eleitoral aprovam o presente Plano de Trabalho, conforme dispõe o artigo 116, § 1º, da Lei n. 8.666/1993.

Catanduva, em ..... de Março de 2022.

  
Prefeito Municipal  
Município de .....

PATRÍCIA DA CONCEIÇÃO SANTOS  
Juíza Eleitoral  
179ª Zona Eleitoral - Catanduva/SP